

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS NA PRÁTICA DE INCLUSÃO

Letícia Braga Castelo Branco

Faculdade de Educação – FACED

Universidade Federal do Ceará – UFC

RESUMO

O maior desafio hoje das instituições de ensino é compreender e pôr em prática a inclusão de todos os alunos de forma que oportunize o ensino, a aprendizagem, o desenvolvimento e a interação entre todos, uma vez que é frequente encontrarmos instituições com discursos inclusivos, mas que apresentam concepções e práticas que não cumprem com o estabelecido nas propostas de inclusão escolar. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo de caso sobre como acontece a inclusão de crianças com deficiência na sala de aula comum de uma escola X da Rede Municipal de Fortaleza (CE), no Brasil, refletir sobre as interações entre as crianças e os princípios que regem a perspectiva de educação inclusiva, bem como levantar questões sobre a partir do que foi observado. O trabalho fundamentou-se nos pesquisadores e estudiosos da área como Maria Montessori (1870-1952) Mara Lúcia Sartoretto (2014) assim como leis que regem a educação especial na perspectiva inclusiva e outras leituras que embasaram nossos conceitos e visões. Como metodologia, este artigo conta com instrumentos de coleta de dados: entrevista com a professora, análise documental da escola, observações diretas feitas no 4º ano da escola X e uma intervenção na sala de aula com as crianças. Foi obtido algumas conclusões insatisfatórias nos momentos de observações no que diz respeito à prática de inclusão, a falta de diálogos entre a gestão da escola e a professora e a atuação da professora da sala de recursos multifuncionais integrada com a sala comum, na qual levanta questões do porquê que essa realidade é presente e apresenta possíveis soluções para que a cada dia a inclusão dos alunos seja efetiva nas instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, Educação Especial, Deficiência, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

Até o início do século XXI, na educação brasileira existia um sistema segregado de educação, escolas regulares e escolas especiais. A escola especial destinada àqueles que, de acordo com o pensamento da massa, não possuem capacidade de acompanhar o ritmo da escola regular e de se relacionar com outras crianças que não sejam pessoas com deficiência. Não muito tempo atrás, essa realidade vem sofrendo mudanças, o sistema educacional brasileiro passou a adotar um único tipo de escola: a escola na perspectiva inclusiva. Isso aplicou-se, com maior ênfase, a partir da Declaração de Salamanca, documento elaborado em

1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, na cidade de Salamanca (Espanha).

A Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e sucedeu pela necessidade de reafirmar a importância das políticas públicas e educacionais nos países que ainda não tinham atentado para o erro de diferenciar o ambiente escolar das crianças com deficiência e das ditas normais. A Declaração tinha o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (Menezes, 2001), em que um de seus frutos foi tornar uma escola para todos e forjar oportunidade de que as crianças (com e sem deficiência) pudessem participar efetivamente de um ambiente escolar diversificado.

Por outro lado, sabe-se que as escolas brasileiras ainda estão se constituindo nessa perspectiva inclusiva. A verdade é que a grande maioria das escolas não possuem conhecimento e carga teórica pela parte dos profissionais sobre a inclusão, há professores que ainda não estão suficientes habilitados, percebe-se má estrutura de acessibilidade, e encontra-se preocupação excessiva por resultados nas provas de avaliação nacional e pouco empenho com o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e global do aluno.

Nessa ótica, o artigo foi elaborado com o objetivo de realizar um estudo de caso sobre como acontece a inclusão de crianças com deficiência na sala de aula comum de uma escola X da Rede Municipal de Fortaleza (CE), no Brasil, refletir a partir do que foi analisado em campo sobre as interações entre as crianças e os princípios que regem a perspectiva de educação inclusiva, bem como levantar questões sobre o assunto e possíveis soluções.

Para fundamentar o artigo foi utilizado como base teórica Mara Lúcia Sartoretto (2014), Maria Montessori (1870-1952), outros estudiosos da educação e da infância, leis que governam a educação especial inclusiva no Brasil e internacionalmente como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e a Declaração de Salamanca. Tais leituras são fundamentais para compreender as necessidades da criança público-alvo da educação especial, bem como refletir sobre o nosso atual modelo de educação.

Com o intuito de responder os objetivos da pesquisa, foi utilizado como instrumentos de coleta de dados a observação da sala de aula, dos aspectos estruturais da escola e da prática do professor. Foi desfrutado também algumas informações contidas em artigos científicos e uma entrevista com a professora da sala de aula comum.

Acredita-se que a perspectiva da educação inclusiva necessita ser praticada por todas as escolas, com o apoio de todos os membros do corpo escolar e das famílias, e por isso, deve-se a um papel não somente da professora da sala comum, mas de todos os profissionais

envolvidos nas instituições de ensino, das políticas públicas e de toda a sociedade. Por essa via, considera-se altamente significativo e pré-requisito uma formação de profissionais da educação de qualidade e continuada, visto que, a cada dia é concebido mais conhecimentos acerca da educação e principalmente da perspectiva de inclusão.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Segundo Sartoretto (2014), “[...] o termo educação inclusiva supõe a disposição da escola de atender a diversidade dos alunos nas escolas comuns”, e isso pode ser alcançado por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que acredita nos seus alunos e que entenda as diferenças entre estes como um fator positivo.

A Educação Inclusiva no Brasil enfrenta muitas dificuldades, já que grande parte dos educadores, por falta de acesso as informações e formação docente, apontam os desafios e empecilhos da educação inclusiva, o que dificulta sua realização. Segundo a educadora Alonso (2013), a educação inclusiva é indispensável para incluir todos os alunos no mesmo espaço escolar, pois antes era dividido em sala regular e sala especial, e a inclusão transforma esse espaço em um lugar para todos. A orientação para professores realizarem a inclusão não é suficiente, pois há, segundo Alonso, necessidades que interferem na aprendizagem e uma delas são os recursos, a formação do professor e o apoio especializado.

Um dos serviços oferecidos para o desenvolvimento da educação inclusiva em relação aos alunos da educação especial é o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado, prioritariamente, em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado na rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, segundo a Resolução 04/ CNE - 2009.

O AEE é direito do aluno da educação especial (alunos com deficiência – sensoriais e físicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação) e suas atividades devem ser realizadas no contra turno, para que não substituam a sala de aula, tirando o espaço da inclusão. As atividades do AEE não devem ser aulas de reforço, mas ao contrário, é um atendimento suplementar e complementar ao da sala comum. Visto que substituindo o espaço de sala de aula que inclui esses alunos, a sala do AEE seria falha, uma vez que não aconteceria colaboração com a perspectiva da inclusão e a continuidade e fortalecimento dela.

Nas salas de recursos multifuncionais é necessário ter os recursos especializados, alguns destes são: impressora e máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção,

soroban, guia de assinatura, jogos, equipamentos tecnológicos e outros mais necessários. A formação qualitativa e continuada dos professores do AEE é de extrema importância, pois é através dos educadores que a inclusão pode ser concretizada com eficácia.

O AEE é ofertado de preferência na mesma escola em que o aluno estuda, pois além de melhores condições de inserção no processo educativo, a professora da sala de aula regular e do AEE devem ter diálogos quanto a articulação de encontro entre as duas práticas, visando elaboração conjunta de planos durante a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), identificação da justificativa do encaminhamento ao atendimento, bem como discussões, parceria e formação continuada entre todo o corpo escolar.

O professor do AEE acompanha a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Para tanto, é imprescindível uma articulação entre o professor de AEE e os do ensino comum (Gomes, Figueiredo, Poulin, p.23. 2010).

É essencial que esse diálogo aconteça para que juntos considerem as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação (MEC/SEESP,2009). A lei assegura que as crianças com deficiência não devem ser menosprezadas no espaço escolar em relação ao aluno dito normal - isso vale também para a matrícula - segundo a Lei Nº 7.853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadora de deficiência, no seu art. 8º afirma “[...] Qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos”. Visto isso, as escolas sem nenhuma discriminação, devem acolher todos os alunos, como cita a declaração de Salamanca:

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos de avantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (Declaração de Salamanca, p 3).

Assim, é importante ressaltar que além da escola ser um espaço acolhedor das crianças com deficiência, em condições de trabalho, pertencentes à grupos minoritários ou até mesmo aquelas que pela triste realidade do mundo atual são partes de grupos marginalizados, a instituição deve dispor de práticas que envolvam o aluno na sala de aula e firmem seu espaço no ambiente escolar.

Estes, portanto, têm direito a recursos extras que complementam seu desenvolvimento e aprendizagem, como dispõe a Resolução Nº4, de 2 de outubro de 2009 que institui

Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: esses alunos têm direito a cômputo duplo da matrícula e são destinatários de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, sendo um dever do Estado garantir o Atendimento Educacional Especializado, como é colocado na Constituição Federal, no artigo 208.

O FUNDEB é substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e está em vigor desde 2007 e estará em valia até 2020. Essa iniciativa tem como principal objetivo distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões (MEC/SEESP).

Infelizmente, ainda há famílias e educadores que preferem os dois sistemas separados: a sala regular e a especial. Pois muitos afirmam que na inclusão os alunos desenvolvem muito sua interação social, mas não a aprendizagem.

"[...] Temos alunos com graves comprometimentos, principalmente com deficiência intelectual e múltipla, e para eles a escola especial é a única que possibilita realmente o acesso à educação com qualidade", afirma Fabiana Maria das Graças de Oliveira, coordenadora pedagógica da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). Não obstante, estudos educacionais, sociais e de vertentes da psicologia, negam essa visão envelhecida e decrépita, dado que tais estudos confirmam a importância e necessidade não só das crianças, mas de todos, de interagirem com o diferente oportunizando trocas de experiências e consolidando conhecimentos, como bem cita referências às concepções de Maria Montessori de que o aluno com deficiência também possui potencial para aprender:

[...] Montessori elaborou o pressuposto de que existe, entre as crianças consideradas normais e aquelas com deficiência, uma correspondência de comportamentos e respostas. A diferença centra-se somente nos momentos e ritmos diferentes, sendo que ambas têm, de acordo com as premissas desta estudiosa, a possibilidade de aprender e de se desenvolver (TEZZARI, 2009, p.129).

Nessa perspectiva, é comum encontrar professores que não se dedicam em planejamentos considerando todas os alunos na sala de aula (aqueles com e sem deficiência) por compreender mal sobre o assunto, permanecendo com uma visão que segrega as diferenças em sala.

Infelizmente, a educação inclusiva ainda não acontece em grande parte das escolas porque tanto os pais como os educadores não conhecem a verdadeira iniciativa da inclusão e a maioria dos professores não elaboram práticas de inclusão com qualidade. Considera – se também a falta de compromisso do poder público em atender as necessidades da educação,

em assumir suas responsabilidades, o desprovimento da qualidade da formação dos professores vigentes e o compromisso da família com a escola e a formação básica dos seus filhos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia, o estudo iniciou-se com uma seleção de perguntas para a entrevista com a professora da sala comum a fim de escutar e conhecer suas opiniões e experiências acerca da inclusão, sua formação profissional na área e suas dificuldades e estratégias no processo de inclusão de seus alunos. Para isso foi estabelecido 8 perguntas que iniciaram o diálogo com a professora que no decorrer dos resultados e discussões será contextualizado algumas respostas com os acontecimentos observados.

Em seguida, iniciou-se as observações à sala de aula do 4º ano da escola X, que aconteceu em 2 encontros acrescentado de mais 1 dia de intervenção com os alunos da sala de aula. As observações foram feitas a fim de analisar como acontecia a inclusão das crianças com deficiência, o trabalho da gestão e os atendimentos dessas crianças na sala de recursos multifuncionais. Para amparar as observações necessárias, foi recorrido à seguinte organização:

- *A professora da sala de aula regular envolve seus alunos em uma prática inclusiva?*
- *Essa mesma professora conhece seus alunos no que diz respeito a sua deficiência (aos que possuem) e dificuldades de aprendizagem?*
- *A gestão da escola acompanha as práticas dos professores (da sala de aula e do AEE)?*
- *Qual a frequência em que os alunos da educação especial são atendidos na sala de recursos multifuncionais dessa escola e acontece no contra turno?.*

A intervenção foi autorizada pela instituição e pela professora da sala de aula comum, ela consistia em um texto breve que gerou 4 perguntas e que trabalhou a leitura e a escrita com as crianças. A atividade foi feita em dupla e tinha a finalidade de gerar interação entre eles para juntos resolverem as questões, pois mais do que a resolução dos exercícios, a intenção principal era analisar em como a relação e diálogo entre as crianças auxilia no processo de construção do aprendizado e dá-se na inclusão.

No decorrer dos dias de visita, também foi feita uma análise documental da escola sobre os dados importantes sobre ela e aconteceu um diálogo com a professora da sala de recursos multifuncionais e uma visita à sala, na qual auxiliou no estudo de caso do trabalho presente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse estudo foi realizado através de uma visita na escola X, que se localiza no Bairro Damas da cidade de Fortaleza (CE), no Brasil. A escola começou a funcionar no ano 2000 e

conta atualmente com cerca de mil alunos distribuídos na Educação Infantil ao Ensino Fundamental I.

No primeiro dia da visita, a professora trabalhou com um texto sobre medidas de tempo e depois fez uma avaliação individual, muitos alunos tinham dúvidas e eram retornados com cartões pelo fato de não saberem as respostas das questões, assim, no decorrer da avaliação, muitos outros alunos ficavam inibidos de fazerem perguntas. Isso demonstra que a prática da professora naquele momento de observação não era satisfatória para o desempenho dos alunos, pois o professor em suas práticas deve oferecer aos seus alunos condições e estratégias de realizar as atividades de forma que todos tenham condições de aproveitar aquele momento e o assunto da aula.

Diferente dessa afirmação, a professora não se atentou em construir uma atividade em que todos tivessem meios de participar e resolver a atividade proposta. Havia naquela sala de aula um aluno com deficiência intelectual e este não conseguiu responder nenhuma questão da atividade proposta e ao perceber, a professora deu a ele um jogo da memória para que ele fizesse sozinho.

Esse caso é um exemplo de que muitas vezes, nem os professores sabem como realizar uma atividade inclusiva, pois diante da sua dificuldade na realização da tarefa ofertada foi dado ao aluno deficiente um jogo para ser feito sozinho e sem intencionalidade pedagógica presente, além de não ser uma tentativa de prática inserida no contexto do aluno e incluída com os alunos da turma. Esse fato trás reflexões e problemas acerca da formação de professores, que dessa maneira não envolve o professor na real necessidade dos alunos.

No segundo dia da visita, a professora passou aos alunos uma avaliação de matemática, nesta foi abordada a adição e a subtração nas medidas de tempo e tomando como exemplo o relógio. O aluno “V” encontrava dificuldades em somar os números, a criança em vários instantes solicitou ajuda a professora, porém não foi atendido, além de que em nenhum momento a professora refletiu junto com os alunos sobre a atividade que eles estavam realizando.

Na sua prática de docência, os educadores devem possuir um olhar sensíveis às necessidades particulares dos seus alunos, visto que se trata do aprendizado e desenvolvimento desses e por isso, e aqui ressalta-se, a importância da formação sólida desses profissionais, bem como o acompanhamento desses pela prefeitura quando a instituição pertencer a rede municipal como a desse estudo.

Segundo as respostas da professora à pergunta acerca dos materiais planejados e construídos por ela e sobre sua opinião a respeito de estratégias de inclusão e suas dificuldades, ela respondeu que não possuía nenhum material adaptado para os alunos e por mais que acredite no fator proximidade com a crianças ser uma estratégia de inclusão, afirmou que ainda encontra muitos empecilhos nesse ponto e em executar as atividades que ela planeja pelo fato de existir muitos alunos na sala. Essa atitude não entra de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, que define que:

[...] os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica/s que atendam às necessidades destes educandos. (BRASIL, 1996)

Foi visitado a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na qual era equipada e com bastante material, divergindo da sala de aula regular, em que não apresentava recursos suficientes para os alunos e professora, assim como estrutura física inadequada (pisos quebrados, paredes com umidades, ventilador com mal funcionamento e carteiras e birô para o professor com lascas).

Houve um diálogo breve com a professora da sala de recursos multifuncionais, que declarou que tinha entrado na escola há dois meses e ainda não estava realizando atendimento com nenhuma criança. Foi notado também que a gestão da escola, mais precisamente a diretoria, não participava efetivamente das atividades e movimentos da instituição, pois que além de não conhecer as dificuldades dos professores e não manter diálogos com eles, não acompanhava o desempenho e forma das salas de aulas e do AEE. Oposto a esse comportamento, Sage (1990) sinaliza que:

“[...] o gestor escolar é peça fundamental para o desenvolvimento pedagógico, pois ele é capaz de garantir abertura de novos espaços à transformação do cotidiano escolar. Para que suas ações tenham efeito satisfatório no processo de inclusão, a flexibilidade no seu trabalho é uma das condições indispensáveis, tendo em vista que deverá considerar a diversidade de opiniões. E ao buscar eficiência em seu trabalho deve atentar para a influência da cultura de toda a comunidade escolar, não se utilizando apenas de argumentos, mas também aplicações concretas.”

A professora do AEE expôs que a sua maior dificuldade era atender toda a demanda de alunos especiais que a escola possui. Já a professora da sala comum emitiu que, além de não conseguir dialogar com a diretoria, não atinge a boa realização do seu papel de educadora, pois devido a falta de formação, ela não sabe se dá atenção para os alunos ditos normais ou os com deficiência da sala que ela trabalha. Ela alega ter receio de ser ativa com um lado e negligente com o outro, pois tristemente, o atual sistema de educação brasileiro demonstra se

preocupar mais com as avaliações que as escolas devem dar resultados do que o desenvolvimento e inclusão da criança.

No terceiro dia de visita à escola X foi realizado a atividade que possibilitava incluir todos os alunos e que aconteceu em dupla, na qual as crianças conseguiram resolver a atividade, mesmo tendo algumas dúvidas, as quais foram esclarecidas. O aluno com deficiência intelectual apenas esteve presente no primeiro dia de observação, não podendo realizar com a turma a atividade proposta.

O fato de a criança com deficiência intelectual estar presente apenas no 1º dia de observação gera uma problemática no que se refere à assiduidade dos alunos com deficiência, já que é muito frequente nas escolas tais crianças serem mais ausentes no decorrer do ano letivo. Será que as instituições como um todo planejam aulas e atividades que realmente incluam, interessem e estejam no contexto desses alunos? Ou de fato estão apenas interessadas nos alunos que não tem deficiência e nos resultados quantitativo da escola?

A respeito da atividade de intervenção, a turma demonstrou interesse pela atividade e mais que como intenção de resolução, esta tinha a intenção pedagógica de ser uma atividade em que todos pudessem participar e que em dupla uns ajudassem aos outros, sendo bastante proveitoso visto que a interação entre os alunos auxilia sempre na construção de novos aprendizados, pois juntos, edificam novos conhecimentos e resoluções de problemas.

CONCLUSÃO

A inclusão é uma perspectiva importante em qualquer cultura e país, pois em todos os lugares se encontram diferenças e necessidades de incluir sem excluir. Assim, há indispensabilidade de gerar inclusão com aqueles que são minoria e, portanto, acabam sendo oprimidos pela sociedade. Na sala de aula, é preciso além de criatividade da parte do professor, apropriação teórica – científica, e elaborações de aulas que possam ser contextualizadas com a realidade da turma, bem como procurar novidades em sua metodologia e interagir com os alunos, a estes últimos, é necessário também que haja participação e comprometimento por parte da família.

Apesar de muito ser considerado que o aluno da educação especial é um empecilho para a educação, na verdade é um passo a mais para a diversidade. É possível sim construir uma base educativa de inclusão e elaborar conforme a necessidade, caminhos eficazes para pôr em ação na prática pedagógica do professor.

A diversidade entre eles não dificultava a interação social, apenas as atividades trabalhadas em sala de aula pela professora que não eram bem elaboradas, excluindo a

possibilidade de todos participarem, seja pela suas limitações e dificuldade, seja para o aluno com deficiência intelectual. Nos momentos de recreio e educação física, as crianças interagem entre si, o que foi mais uma vez comprovado de que a interação é um meio eficaz para a inclusão, pois todos participam de uma mesma atividade, trocando ideias, informações e experiências. Acredita-se que uma atividade baseada na sociabilidade é uma atividade inclusiva e inteligente.

Consta-se também que a educação inclusiva é necessária e importante não só para o desenvolvimento social dos alunos, mas para a sociedade como um todo, visto que as crianças que crescem em contato com todos, independentemente de cor, raça, religião, sexo, deficiência ou doença, se tornam adultos morais e humanamente bem formados. A inclusão é o alicerce para o fortalecimento de um sistema educacional que visa o desenvolvimento integral da criança e proporciona oportunidade para todos.

Conclui-se que a instituição, nos momentos em que fora observada, não possuía atividades inclusivas, pois existiam faltas nas práticas pedagógicas de inclusão no que se refere às leis, a Declaração de Salamanca, os teóricos da educação especial na perspectiva de inclusão e dos estudos científicos que baseiam a prática do professor e do corpo escolar. A escola não possui um projeto político-pedagógico de inclusão, a maioria dos professores não praticam suas atividades com conhecimentos e práticas de incluir sem excluir, uma vez que não sabem como trabalhar essa inclusão e não são bem supervisionadas pela gestão quanto a essa realidade.

Visto grande importância na perspectiva de inclusão para o desenvolvimento das crianças, no decorrer da realização do trabalho foram levantadas questões e problemáticas acerca desse assunto, na qual deve-se empenhar outras novas observações e pesquisas qualitativas em tais questões: *Por qual razão é tão frequente a falta de assiduidade das crianças com deficiência nas escolas? O que as instituições fazem a respeito disso? Existe uma fiscalização que acompanha o trabalho da gestão com os professores? Como acontece e porque é tão presente essa falta de compromisso? Como acontece a formação continuada dos professores da rede e porque muitos deles não refletem sobre sua prática para propor mudanças eficazes? (papel central da formação continuada), esses profissionais são acompanhados e avaliados nesse aspecto?*

Diante dessas problemáticas é importante propor possíveis soluções para o progresso das questões levantadas, que certamente deve ser melhor estudada e observada a fim de propor mudanças com mais congruência. A respeito da assiduidade dos alunos com deficiência, além da ajuda da família e do atendimento educacional especializado, é essencial

que os professores planejem momentos e atividades que despertem o interesse desses alunos, que não permaneçam focados nos alunos que demonstram mais facilidade de aprendizagem nos conteúdos em sala.

A gestão precisa ser fiscalizada pelos distritos de educação da rede com mais eficácia, a fim de acompanhar seu trabalho com o corpo escolar em especial com os professores. Em relação à formação continuada, sem sombra de dúvidas, é preciso de melhoria nas estratégias nas formações e despertar nos profissionais reflexão sobre a própria prática, pois é a partir da reflexão que acontece a mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Daniela. *Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio*. Disponível em: <http://novaescola.org.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml?fb_comment_id=516727101786405_666741470118300#f219077807e3468>. Acesso em: 18 jun. 2016.

APAE. *O que é*. Disponível em: <<http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntellectual/Paginas/O-que-e.aspx>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BARROS, Patrícia; SILVA, Fábio. *Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872006000100006>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CARVALHO, Célia; GRIGOLI, Josefa. *A prática pedagógica dos professores das séries iniciais do ensino fundamental: uma reflexão sobre a construção dos saberes necessários para o exercício da docência*. Disponível em: <www.neppi.org/gera_anexo.php?id=487%20target=>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CAVALCANTI, Ademilson. *O papel do gestor escolar no processo de inclusão*. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/O%20PAPEL%20DO%20GESTOR%20ESCOLAR%20NO%20PROCESSO%20DE%20INCLUS%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

EGLÉR MANTOAN, Maria Teresa. *A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar*. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FERRARI, Márcio. *Johann Heinrich Pestalozzi*. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/pestalozzi-307416.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FERRARI, Márcio. *Pestalozzi, o teórico que incorporou o afeto à sala de aula*. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/formacao/teorico-incorporou-afeto-sala-aula-423096.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

LAR MONTESSORI. *O método*. Disponível em: <<https://larmontessori.com/o-metodo/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MIRANDA, Theresinha; FILHO, Teófilo. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MOURÃO PEREIRA, Marilu. *INCLUSÃO ESCOLAR: Um desafio entre o ideal e o real*. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2284/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

PACIEVICHT, Thais. *Maria Montessori*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/maria-montessori/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

REIS DOS SANTOS, Alex; TELES, Margarida Maria. *Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva*. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 3. *Anais*. Disponível em: <<http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SARTORETTO, Mara; BERSCH, Rita. *Atendimento especializado – AEE*. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/ae.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

SOUSA, Danyelle; SOUZA, Janaina. *A prática pedagógica do professor que atua nas séries iniciais: desafios no processo de ensino-aprendizagem*. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/92bbd31f8e0e43a7da8a6295b251725f.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

VIANA CARVALHO, Frank. *Johann Heinrich Pestalozzi - Educador*. Disponível em: <<http://frankvcarvalho.blogspot.com.br/2011/10/johann-heinrich-pestalozzi-educador.html>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

WELLE, DEUTSCHE. *Os desafios para uma real educação inclusiva no Brasil*. Disponível em: <<http://jornalgnn.com.br/noticia/os-desafios-para-uma-real-educacao-inclusiva-no-brasil>> Acesso em: 27 jun. 2016.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. *Johann Heinrich Pestalozzi*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Heinrich_Pestalozzi>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FIGUEIREDO, Rita; GOMES, Adriana; Poulin, Jean. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escola – A Escola Comum Inclusiva*. Brasília, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira (Orgs.). *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2006. 168 p.